



AÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA, NOS PROJETOS ESPORTIVOS E NOS JOGOS ESCOLARES

Luís César de Souza¹
Letícia de Queiroz Rezende²
Ricardo Tavares de Oliveira³

Resumo: *Esta pesquisa, apoiada pelo Programa Bolsa de Licenciatura (PROLICEN) da Universidade Federal de Goiás, procura averiguar a relação entre educação física escolar, projetos de esporte na escola e jogos escolares. Na primeira etapa (2009-2010) realizamos pesquisa bibliográfica e documental, e nessa segunda etapa (2010-2011) nos ocuparemos da pesquisa de campo, em que observaremos aulas de educação física escolar, de prática do esporte na escola (dentro do Programa de Atividades Educacionais Complementares – PRAEC – da Seduc/Goiás e do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte), além do acompanhamento de jogos escolares (Olimpíadas Escolares/Goiás).*

Palavras-chave:

INTRODUÇÃO

Quando da apresentação dessa pesquisa no programa de bolsas destinadas a acadêmicos dos cursos de licenciatura, em 2009, indicamos a sua realização no biênio 2009-2011. No primeiro ano nos ocupáramos do levantamento e dos estudos bibliográficos e documentais, o que encontra-se em desenvolvimento. Nessa segunda etapa, a tarefa consiste em averiguar *in loco* como se dá a ação pedagógica do professor de educação física em diferentes situações, a saber: nas aulas de educação física escolar, nas atividades desenvolvidas em projetos esportivos e também como o professor comporta-se diante dos jogos esportivos. Sendo assim, as investigações propostas para o ano de 2010-2011 constituem uma etapa complementar da pesquisa. O que implica dizer que os aspectos que respeitam à fundamentação teórica dessa etapa encontram-se imbricados com o estudo bibliográfico e documental em andamento.

Anunciamos como suspeita a seguinte assertiva: os programas de fomento ao esporte na escola, como Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, e o Programa de Atividades Educacionais Complementares - PRAEC, da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc); e também os jogos escolares, como as Olimpíadas Escolares, organizadas pelo Ministério do Esporte em colaboração com o Comitê Olímpico

¹ Professor no curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, na área de Educação Física e Esportes, e coordenador dessa pesquisa.

² Acadêmica do 6º período do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, e bolsista da pesquisa.

³ Acadêmico do 6º período do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, e voluntário da pesquisa.



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



Brasileiro, e os Jogos Estudantis do Estado de Goiás, organizados pela Seduc, têm influenciado as aulas de educação física, enquanto componente curricular da educação básica, no sentido de dificultar a realização de práticas pedagógicas apoiadas nos princípios da inclusão e emancipação humana. Dito de outra forma, suspeitamos que a expectativa gerada por professores, alunos e, quiçá, pela escola como um todo, em relação à sua participação exitosa em jogos escolares, no formato competitivo e seletivo em que os jogos têm se apresentado, tem implicado na priorização do esporte como “o” conhecimento válido e legítimo a ser trabalhado nas aulas de educação física, negligenciando, assim, outros elementos que compõem o campo de conhecimento que, conforme Coletivo de Autores (1992), também denominaremos de cultura corporal. Nessa nova etapa, pretendemos observar aulas de educação física enquanto componente curricular da educação básica, atividades desenvolvidas nos projetos esportivos e como tem sido organizado os jogos escolares, com intuito de verificar a ação pedagógica do professor nesses diferentes ambientes.

Essa suspeita não ocorre do nada. Os mais de dez anos de atuação na educação básica, como professor de educação física no ensino fundamental e médio, como organizador e coordenador dos jogos estudantis do estado de Goiás e também na elaboração de políticas públicas para a educação física, particularmente como coordenador da equipe de reformulação do currículo e elaboração de conteúdos básicos comuns para a educação física no ensino médio, nos levam a, a partir de variadas experiências, propor e ao mesmo tempo aceitar o desafio de investigar a relação que se estabelece entre a educação física escolar, os projetos esportivos e os jogos escolares, com o intuito de verificar quais aspectos os aproximam, quais os distanciam e quais os desdobramentos dessa relação para a construção de práticas pedagógicas apoiadas em princípios da inclusão e emancipação humana. Para situar melhor o problema, pontuaremos cada situação que comporá essa pesquisa.

A educação física brasileira, enquanto componente curricular da educação básica, revela a partir de sua história, pelo menos três momentos em sua constituição. No século XIX, sob a influência dos médicos-higienistas, a educação física foi solicitada a disciplinar e educar o corpo por meio de hábitos saudáveis de higiene; na primeira metade do século XX, predominantemente sob influência dos militares, a educação física foi reivindicada a aprimorar a “raça” brasileira pelo desenvolvimento de corpos saudáveis e fortes para a defesa da pátria; na segunda metade do século XX ela é fortemente influenciada pela esportivização que se dissemina pelo país, isto é, a educação física, especialmente a escolar, passou a ser considerada o berço de desenvolvimento de atletas, portanto, sinônima de esporte. Essa esportivização, que em verdade poderia ser anunciada como paradigma esportivista, dadas suas proporções, ainda predomina na prática da maioria dos professores de educação física e é reforçada diuturnamente pelos instrumentos e mecanismos (in)formativos da sociedade contemporânea. A título de ilustração, não raro observamos os meios de comunicação, e entre eles o altíssimo poder de persuasão da mídia, “cobrarem” dos professores de educação física escolar o desenvolvimento da base esportiva da nação, tendo como finalidade a formação de atletas voltados para o alto rendimento.

Ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, a educação física escolar tem sido submetida a variados questionamentos a respeito do sentido e significado da prática pedagógica esportivista que, segundo Coletivo de Autores (1992) tem predominado e colaborado para a perpetuação do denominado paradigma da aptidão física. Esse momento



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



de crise (MEDINA, 1991) pelo qual deveria passar, e tem passado a educação física, isto é, de questionamentos sobre sua finalidade em se tratando de componente curricular da educação básica, se deve em grande parte pela aproximação da área de educação física à área de educação. Devido a essa aproximação, e conseqüentemente a qualificação de professores e pesquisadores da área, autores como Lino Castellani Filho, Celi Tafarel, Valter Bracht, Elenor Kunz, Michele Ortega, Gabriel Palafox, João Batista Freire, entre vários outros, se propuseram a elaborar e propor alternativas de práticas pedagógicas que pudessem indicar a superação do modelo esportivista e de promoção da saúde. Assim, em decorrência dos conflitos, debates e discussões na área, o quarto final do século passado foi marcado sobretudo pela ampla necessidade de ressignificar a educação física enquanto área de conhecimento que, do ponto de vista da formação humana, deve tratar de conhecimentos mais abrangentes, como a cultura corporal, os quais incluem o esporte como um dos possíveis conteúdos a serem explorados pela educação física enquanto componente curricular.

De uma perspectiva histórica, os debates, os conflitos, as divergências e as articulações que marcam esse contexto, têm paulatinamente influenciado a atuação pedagógica dos professores de educação física na escola de várias maneiras. Desde a sua (in)formação a respeito dos embates teórico-metodológicos, pelo acesso a produções críticas e progressistas, no sentido de tentativa de romper com modelos e recomendações seletivistas, exclusivistas e, por isso, que não percebem a necessária relação da educação física com as contradições da sociedade contemporânea, isto é, relacioná-la aos aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade brasileira.

Também tem influenciado o trabalho pedagógico na educação física escolar, após a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) aprovada em 20 de dezembro de 1996, a instituição do decênio da educação, o qual estabeleceu como meta a elevação do nível de formação dos professores que atuam na educação básica, tendo como exigência mínima o ensino superior. Porém, e talvez o que mais interessa aos limites dessa pesquisa, nos parece não ser incorreto supor que a ação pedagógica dos professores de educação física tem sido ressignificada também pelo reconhecimento, por parte das Secretarias de Educação, da necessidade de elaborar, organizar e implantar propostas pedagógicas que exigem do professor, no mínimo, o atendimento a princípios e diretrizes presentes na legislação vigente (como na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e em pareceres e resoluções de conselhos de educação), além de programas e parâmetros curriculares.

São ilustrativas as experiências de diferentes secretarias de educação, como é o caso da Secretaria de Educação de Pernambuco que, percebendo a possibilidade de mudanças qualitativas na ação pedagógica do professor de educação física, comprou e distribuiu a cada professor o livro “Metodologia de Ensino da Educação Física Escolar”. A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, por meio do projeto Biblioteca na Escola, incluiu a compra de diferentes produções acadêmicas da área, sobretudo as denominadas crítico-reflexivas, como meio de subsidiar o trabalho do professor na escola. A Secretaria de Educação do Paraná, convocou professores de educação física que atuam na rede de ensino para, em colaboração com docentes universitários, elaborarem uma proposta curricular para a educação daquele Estado; na proposta da educação física encontram-se referências acadêmicas que, também, compõem o acervo crítico da área. A Secretaria de Educação de Minas Gerais aproximou-se de pesquisadores que protagonizaram o momento de contestação de práticas esportivistas e tecnicistas da área e, em conjunto, promoveram uma reformulação curricular da educação básica daquele Estado; a proposta curricular,



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



como também temáticas e conteúdos para as disciplinas foram disponibilizadas via internet pelo site da Secretaria da Educação, no qual encontra-se o Centro de Referência Virtual do Professor. A Secretaria de Educação de Goiás também se propôs a reformular o currículo da educação básica. Inicialmente o ensino fundamental e, em seguida, o ensino médio. Com essas experiências podemos admitir que as práticas pedagógicas esportivistas – e que se reduzem à promoção da saúde anunciada como necessária por grande parte da produção acadêmica nos últimos vinte ou trinta anos – tem ganhado cada vez mais espaço tanto no meio acadêmico como no âmbito da educação básica. Naturalmente que não se pretende com isso afirmar que essa mudança é generalizada, mas antes pretendemos investigar, nessa segunda etapa da pesquisa, se as concepções tecnicistas, esportivistas e que privilegiam a promoção da saúde continuam a predominar na ação pedagógica dos professores.

Ainda em termos de suposição, poderíamos colocar a seguinte questão: caso a ação pedagógica dos professores de educação física encontra-se ainda em grande medida atreladas ao esportivismo, suspeitamos, e por isso nos propomos a investigar, que no âmbito da representação social dos professores predomina a necessidade de construção de práticas pedagógicas superadoras e, portanto, que percebem a educação física como componente curricular educacional que trata de conhecimentos da cultura corporal (como as danças, as lutas, as ginásticas, os jogos e, também, os esportes).

Um elemento que tem se apresentado de forma contraditória nesse processo são os jogos escolares que reproduzem o formato das “Olimpíadas” e, portanto, se caracterizam pelo desenvolvimento de modalidades esportivas que, para que se obtenha êxito, necessitam de um trabalho de alto rendimento. A princípio, alguém poderia se perguntar: mas não é lícita a oportunidade de poder participar de uma prática esportiva que visa o alto rendimento? A resposta é afirmativa; é não somente lícito como desejável. No entanto, quando trazemos a questão para o âmbito da educação, nos parece que não é tão lícito nem tão desejável. Vejamos os motivos.

Certamente que compõe essa pesquisa a investigação sobre a história dos jogos escolares no Brasil. No entanto, não nos parece equivocado afirmar que as décadas de 1960 e 1970 representam o momento de apogeu desse jogos, em consonância com o período de adensamento do esportivismo nas aulas de educação física. De outra forma, é no momento em que o esporte consegue se tornar “o” conteúdo exclusivo das aulas de educação física que ocorre a consolidação dos jogos escolares como reprodução do “modelo olímpico”⁴. Esse modelo de jogos esportivos explica, por exemplo, os permanentes apelos da sociedade, sobretudo veiculados pela mídia, para que o professor de educação física volte sua prática pedagógica para o desenvolvimento da pirâmide esportiva (na base da pirâmide o trabalho na escola, por meio das aulas de educação física, no meio o trabalho realizado por escolas de iniciação e aprimoramento esportivos, na ponta superior, os atletas que, tendo passado pelas “peneiradas” anteriores, participarão da elite esportiva do país e, sendo assim, gozam do direito de representá-lo em competições esportivas internacionais).

É importante destacar que até nossos dias, com raríssimas exceções, permanece a formatação seletiva e exclusivista dos jogos escolares no Brasil. Nos limites dessa pesquisa, nos interessa saber que o Ministério da Educação (ME) em colaboração com o

⁴ A expressão “modelo olímpico” ou “jogos olímpicos” é usada nessa pesquisa para indicar jogos esportivos nos quais a finalidade de quem participa é dedicar o máximo de seu rendimento para obter êxito, mesmo que para isso sejam necessárias atitudes sobre-humanas, ou desumanas.



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



Comitê Olímpico Brasileiro (COB) promove anualmente as Olimpíadas Escolares (OE), e a Secretaria Estadual de Educação optou por aderir à formatação das OE no formato apresentado pelo ME. Em ambos os casos, os participantes são estudantes da educação básica brasileira e a finalidade é promover o desporto educacional no país e garantir o acesso de estudantes à prática esportiva. Nesse momento, vale reiterar, não vemos problema no fato de uma pessoa optar por seguir as etapas da “pirâmide” e participar de competições esportivas, inclusive as que exigem alto rendimento. Mas penso que aqui já é possível anunciar ao ponto em pretendemos chegar.

Na medida em que as OE se caracterizam pela prática esportiva competitiva exclusivamente, isso implica pelo menos duas consequências: a primeira é que são tolhidos de participar efetivamente desses jogos os alunos que por ventura não demonstram habilidade para a prática esportiva; portanto, se reconhecemos as práticas esportivas como atividades nas quais as pessoas devem se envolver, inclusive os alunos, a oportunidade de participar de jogos escolares não pode ser exclusividade daqueles que dispõem de habilidades para a prática de esportes, mas antes deve oportunizar a participação de todos aqueles que se interessam pela participação em atividades dessa natureza; numa palavra, nos parece que os jogos esportivos necessitam ser ressignificados na sua totalidade e sua elaboração, organização e execução amplamente submetidas aos princípios da inclusão.

A outra consequência que suspeitamos que decorre da atual formatação das OE é o direcionamento das ações pedagógicas das aulas de educação física para o desenvolvimento e aprimoramento de modalidades esportivas presentes nos jogos. Isso ocorre, naturalmente, porque professores, alunos e toda a equipe da escola, uma vez que se propõem a participar dos jogos, pretendem obter êxito, isto é, buscar ser a melhor. Para isso, é necessário treinamento do grupo de alunos que disputarão os jogos e, salvo exceções, esses treinamentos ocorrem exatamente nas aulas de educação física. Como se trata de um trabalho de aperfeiçoamento, necessariamente deve ser restrito ao grupo de alunos que participarão dos jogos, enquanto à maioria caberia tarefas secundárias ou mesmo não caberia tarefa nas aulas. Diante disso, com os jogos escolares sendo permanentemente reforçados nesse formato, desde o âmbito nacional ao estadual e municipal, pode-se suspeitar que: 1) o preço a ser pago pela participação de um grupo de alunos nos jogos escolares é a exclusão de outro grupo de alunos nas aulas de educação física; 2) o direcionamento das aulas para o treinamento de modalidades esportivas presentes nos jogos perpetua o paradigma da esportivização nas aulas de educação física e, conseqüentemente, retarda a superação de práticas esportivistas, seletivas e exclusivistas, amplamente questionadas nos últimos 20 ou 30 anos pelas tendências críticas da educação física.

Uma alternativa que algumas ações governamentais tem recorrido é facultar à escola e ao professor a elaboração de projetos esportivos a serem desenvolvidos no contraturno escolar⁵. Com esses projetos, pretende-se dedicar um momento específico para o treinamento de modalidades esportivas, preferencialmente aquelas que compõem as OE, como também minimizar o direcionamento das ações pedagógicas das aulas de educação física para atividades de especialização esportiva para aperfeiçoamento de equipes, visando

⁵ Nos parece que enquanto a sociedade brasileira não reconhecer a necessidade de implementação da escola de tempo integral, paliativos como esse sempre terão espaço. Como o esporte no contraturno, também podem ser elencados projetos culturais, como teatro, coral, dança, etc., todos com o intuito de “complementar” a formação elementar. Ora, a escola integral deve cumprir o papel de, como o próprio nome revela, formação básica e complementar.



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



a participação em jogos escolares. Não nos parece equivocado afirmar que, de modo mais ou menos acentuado, o Programa Segundo Tempo (PST) do ME e o Programa de Atividades Educacionais Complementares (PRAEC) da Seduc-Go, ilustram iniciativas dessa natureza.

O PST, originado em 2003, ainda no primeiro semestre do primeiro mandato do governo Lula, de certo modo é uma continuidade ao programa Esporte na Escola do governo de Fernando Henrique Cardoso, notadamente com alguns ingredientes novos. O programa tem como finalidade a oferta de práticas esportivas a todos os alunos e, para tanto, oferece uma lista de possibilidades de esportes individuais e coletivos e ressalta: não há a finalidade de vincular essas práticas a quaisquer tipos de competições esportivas. Sua preocupação é, primeiramente, afetivo-social, isto é oferecer aos alunos a oportunidade de participarem espontaneamente das atividades ofertadas no contraturno como meio de minimizar problemas sociais. A título de ilustração, compõem o quadro de preocupações do governo federal, por meio do PST, retirar das ruas as crianças, evitando o envolvimento com as drogas e a bandidagem, possibilitando a longo prazo o acesso a atividades esportivas como mais uma das ações do governo para viabilizar a inclusão social. Nossa suspeita em relação ao PST é que, mesmo diante da “filosofia” do programa em priorizar a dimensão sócio-política e não colar o envolvimento dos alunos nas atividades oferecidas pelo programa a Jogos Esportivos, o que tem ocorrido nas escolas que ofertam PST em Goiás é uma seleção de conteúdos e atividades que têm como referência as modalidades esportivas presentes nas OE.

Quanto ao segundo programa, o PRAEC, surgiu um pouco antes do PST, em 1999, e pode ser caracterizado por uma sistematização das ações esportivas anteriores até então espontâneas e dispersas nas escolas públicas estaduais de Goiás. O PRAEC, ao contrário do PST, cola as atividades esportivas desenvolvidas no contraturno à necessidade de participação nas OE. Surge deliberadamente para retirar das aulas de educação física a necessidade de direcionamento das ações para o treinamento esportivo. Se, a princípio, poderíamos perceber o programa como uma solução aceitável que colaboraria para o esclarecimento da necessária distinção entre educação física enquanto componente curricular que deve se submeter aos princípios da inclusão escolar e o treinamento esportivo como atividade voltada para a representação da escola em eventos esportivos, sob a perspectiva da dúvida, podemos nos perguntar se o PRAEC também não cumpre o papel de legitimar os jogos escolares na sua formatação esportivista e seletiva, perpetuando a exclusão de alunos que não demonstram habilidades ou mesmo interesse pelas modalidades esportivas, mas que, muito provavelmente, dispõem de outras habilidades e outros interesses que deveriam ser oportunizados e estimulados em um evento estatal, portanto público, como as OE?

OBJETIVOS

Diante das orientações legais, em âmbito nacional e estadual, e produções acadêmicas destinadas à educação física escolar; diante dos programas de fomento ao esporte, particularmente o programa federal “Segundo Tempo” e o programa estadual “Programa de Atividades Educacionais Complementares – PRAEC”; e também diante dos jogos escolares, particularmente as “Olimpíadas Escolares” organizadas pelo Ministério dos Esportes em colaboração com o Comitê Olímpico Brasileiro, e de responsabilidade da Secretaria de Educação em Goiás; pretende-se *verificar a relação entre a disciplina de*



educação física, os projetos esportivos e os jogos escolares, e quais os desdobramentos dessa trirrelação: 1) nas ações pedagógicas que ocorrem na disciplina de educação física, enquanto componente curricular da educação básica, e 2) para uma formação crítica, contextualizada, rigorosa, com qualidade social e submetida aos princípios da inclusão escolar.

Como objetivos específicos, nos propomos a:

- Observar aulas de educação física escolar, aulas de projetos esportivos e também jogos escolares.
- Investigar se os projetos esportivos e os jogos escolares influenciam as aulas de educação física.
- Verificar como ocorre a inclusão (no sentido amplo do termo) e integração de todos os alunos nas aulas de educação física escolar.
- Investigar qual a concepção de esporte presente na educação física escolar, nos projetos esportivos e nos jogos escolares.
- Entrevistar professores de educação física com o intuito de compreender a concepção de educação física e esporte que predomina nos ambientes escolares.
- Entrevistar alunos e pais com intuito de compreender o que pensam e esperam acerca do esporte no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, inicialmente pensada para ser realizada no biênio 2009-2011, está estruturada em duas etapas. Na primeira etapa, a ser realizada no período de 01-08-2009 a 31-07-2010, nos desdobramos sobre a pesquisa bibliográfica e documental. Na segunda etapa, a ser realizada no período de 01-08-2010 a 31-07-2011, será realizada *in loco* investigação das ações pedagógicas desenvolvidas nas aulas de educação física escolar e nas aulas dos projetos esportivos, além do acompanhamento de jogos escolares⁶.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- AGRÍCOLA, N. P. A. *Jogos estudantis do Estado de Goiás: o proposto, o realizado e o vivenciado*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2005.
- BETTI, M. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Campinas: Papyrus, 1998.
- BRACHT, W. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

⁶ Nessa segunda etapa pretendemos confrontar o resultado da pesquisa bibliográfica e documental com as ações concretas das aulas de educação física e esporte e, também, com as ações presentes nos jogos escolares.



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



- _____. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, 1997.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Segundo Tempo*. Brasília: ME: SEE, 2003.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Olimpíadas Escolares*. Brasília: ME: SEE, 2003.
- CAPARROZ, F. E. *Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da Escola*. Vitória: CEFDF/UFES, 1997.
- CASTELANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- _____. *Política Educacional e Educação Física*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FILHO, N. F. A.; SILVA, R. L.; FIGUEIREDO, Z. C. C. O brincar/jogar como fenômeno transicional na construção da autonomia e da identidade da criança de 0 a 6 anos. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas: Autores Associados, v. 27, n. 2, janeiro/2006, p. 75-90.
- FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 1997.
- GRECO, P. J. & BENDA, R. N. *Iniciação esportiva universal 1: da aprendizagem motora ao treinamento técnico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- _____. *Iniciação esportiva universal 2: metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- HILDEBRANDT, R. & LANGING, R. *Concepções abertas no ensino da educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva S. A., 1980.
- HOBBSAWM, E. J. *A era dos extremos: o breve século XX*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O ESPORTE ESCOLAR. *Relatório de atividades de 2000*. Juracy da Silva Guimarães (coordenador). Faculdade de Educação Física da UFG. Goiânia, 2001.
- GUIMARÃES, Juracy da Silva. *O esporte na cultura escolar: com a palavra o professor de educação física*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- _____. Programa de atividades extracurriculares do Estado de Goiás e o ensino dos esportes no ambiente escolar. Extensão e Cultura/UFG. Goiânia, Ano III, n. 2, Fevereiro a Maio de 2002.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). *Jogo brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- KUNZ, E. *Educação Física: ensino e mudanças*. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
- _____. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.
- MEDINA, J. P. S. *A educação física cuida do corpo... e "mente"*. Campinas: Papirus, 1983.
- OLIVEIRA, M. K. de O. Escola e desenvolvimento conceitual. In: *Coleção memória da pedagogia / Vigotsky: uma educação dialética. Viver mente e cérebro*, s/d.
- OLIVEIRA, P. S. *Brinquedo e indústria cultural*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, M. A. T. Educação Física escolar: formação ou pseudoformação? In: *Educar em revista*, Curitiba, n. 16, p. 11-26, 2000.
- PACHECO, E. D. (org.). *Televisão: criança, imaginário e educação*. Campinas – SP:



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



Papirus, 1998.

PALAFIX, G. H. M. *Intervenção e conhecimento na educação física escolar: planejamento coletivo do trabalho pedagógico*. Núcleo de estudos em planejamento e metodologias do ensino da cultura corporal da Universidade Federal de Uberlândia / Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. Uberlândia, 2000.

PICCOLO, V. L. N. (org.) *Pedagogia dos esportes*. Campinas: Papirus, 1999.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, 1991.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. *Programa curricular mínimo de educação física para o ensino fundamental: pré à 8ª série*. Goiânia: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. *Programa de Atividades Educacionais Complementares*. Goiânia: Seduc, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. *Jogos Estudantis do Estado de Goiás*. Relatório Final. Goiânia: Seduc, 2008.

SOARES, C. L. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.